

## **LEGISLAÇÃO SOBRE CAVERNAS DO BRASIL**

- CONSTITUIÇÃO FEDERAL Art. 20, São bens da União
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL Art. 216, Constituem patrimônio cultural brasileiro
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL Art. 225, Ambiente, ecossistema e patrimônio genético a serem preservados para gerações futuras
- CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO Art. 197, São áreas de proteção permanente.
- CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Art. 208, Constituem patrimônio cultural mineiro.
- CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA Art. 215, São áreas de proteção permanente. LEI Nº 3.924, de 26.07.1961, Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.
- LEI Nº 9.605, de 12.12.1998, Dispõe sobre sanções penais a danos ao meio ambiente.
- LEI Nº 9.985, de 18.07.2000, Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.
- LEI ESTADUAL Nº 10.879, de 07.07.1989, Cria o Parque Estadual de Terra Ronca (GO).
- LEI ESTADUAL Nº 11.726, de 30.12.1994, classifica o patrimônio espeleológico como patrimônio cultural mineiro (MG).
- LEI ESTADUAL Nº 7.369, de 20.12.2000, Cria o Parque Estadual Gruta da Lagoa Azul e dá outras providências (MT).
- LEI ESTADUAL Nº 10.431, de 20.12.2006, classifica cavernas como de bens e espaços de preservação permanente (BA).
- LEI ESTADUAL Nº 12.810, de 21.02.2008, Institui o Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga - incluindo o Parque Estadual Caverna do Diabo (SP).
- LEI ESTADUAL Nº 18.043, de 23.01.2009, Modifica o Decreto nº 20.597, de 4 de junho de 1980, que define área de proteção especial, situada nos Municípios de Lagoa Santa, Pedro Leopoldo e Matozinhos (MG).
- LEI ESTADUAL Nº 18.348, de 25.08.2009, Define como Unidade de Proteção Integral, na categoria Monumento Natural Estadual, a área denominada Gruta Rei do Mato, no Município de Sete Lagoas (MG).
- LEI MUNICIPAL Nº 1.019, de 03.10.2006, Cria o Parque Natural Municipal Dona Ziza em Pains MG.
- DECRETO Nº 83.548, de 05.06.1979, Cria o Parque Nacional da Serra da Capivara (PI).
- DECRETO Nº 98.182, de 26.09.1989, Dispõe sobre a criação da APA Cavernas do Peruaçu (MG).
- DECRETO Nº 99.881, de 25.01.1990, Dispõe sobre a criação da APA Carste de Lagoa Santa (MG).
- DECRETO Nº 99.556, de 01.10.1990, Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no Território Nacional, e dá outras providências.
- DECRETO Nº 1.876, de 25.04.1996, Altera o memorial descritivo da APA Carste de Lagoa Santa (MG).
- DECRETO S/Nº, de 21.09.1999, Cria o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (MG).
- DECRETO S/Nº, de 21.09.2000, Cria o Parque Nacional da Serra da Bodoquena (MS).
- DECRETO Nº 9.335, de 27.09.2001, Institui a APA do Rio Vermelho (GO).
- DECRETO Nº 6.640, de 07.11.2008, Dá nova redação ao Decreto 99.556/1990.
- DECRETO ESTADUAL Nº 32.487, de 04.11.1985, Dispõe sobre a criação da APA Gruta dos Brejões/Vereda do Romão Gramacho (BA).
- DECRETO ESTADUAL Nº 40.135, de 08.06.1995, Cria o Parque Estadual de Intervalos (SP).
- DECRETO ESTADUAL Nº 10.394, de 11.06.2001, Institui o Monumento Natural da Gruta do Lago Azul (MS).
- DECRETO ESTADUAL Nº 5.558, de 18.02.2002, Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação as áreas do Parque Estadual de Terra Ronca (GO).
- DECRETO ESTADUAL Nº 6.538, de 03.05.2006, Cria o Monumento Natural Gruta da Lancinha (PR).
- DECRETO MUNICIPAL Nº 25, de 19.07.2007, Institui o Monumento Natural da Caverna do Jabuti (Curvelândia-MT).
- DECRETO ESTADUAL Nº 11.235, de 10.10.2008, Classifica cavernas como bens e áreas de preservação permanente (BA).

- DECRETO ESTADUAL Nº 44.935, de 03.11.2008, Amplia o Parque Estadual do Sumidouro localizado nos Municípios de Lagoa Santa e Pedro Leopoldo (MG).
- DECRETO ESTADUAL Nº 12.897, de 22.12.2009, Dispõe sobre a criação do Geopark Bodoquena-Pantanal (MS).
- DECRETO ESTADUAL Nº 46.960, de 29.02.2016, Cria o Monumento Natural Estadual Lapa Nova de Vazante, no Município de Vazante (MG).
- DECRETO MUNICIPAL Nº 40, de 18.11.2009, Cria o Monumento Natural Jardim do Éden e dá outras providências (Pains-PR).
- DECRETO ESTADUAL Nº 47.041, de 31.08.2016, Dispõe sobre os critérios para a compensação e a indenização dos impactos e danos causados em cavidades naturais subterrâneas existentes no território do Estado (MG).
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 009, de 24.01.1986, Institui comissão especial para tratar de assuntos relativos à preservação do patrimônio espeleológico.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19.12.1997, Regula o licenciamento ambiental.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 347, de 10.09.2004, Dispões sobre a proteção do patrimônio espeleológico.
- RESOLUÇÃO SMA-SP Nº 87, de 16.09.2013, Dispõe sobre a criação do Conselho do Patrimônio Espeleológico do Estado de São Paulo.
- RESOLUÇÃO SMA-SP Nº 07, de 28.01.2014, Designa os representantes do Conselho do Patrimônio Espeleológico do Estado de São Paulo, criado pela Resolução SMA 87 de 2013.
- PORTARIA IBAMA Nº 28, de 12.03.1989, Inclui espécies de cavernas do Vale do Ribeira na lista de ameaçadas de extinção.
- PORTARIA IBAMA Nº 887, de 15.07.1990, Delibera sobre o patrimônio espeleológico nacional e delimita a área de influência das cavidades naturais.
- PORTARIA IBAMA Nº 57, de 05.06.1997, Institui o Centro Nacional de Estudo Proteção Manejo de Cavernas - CECAV.
- PORTARIA IBAMA Nº 14, de 23.02.2001, Delibera sobre a interdição da Gruta dos Ecos (GO).
- PORTARIA IBAMA Nº 15, de 23.02.2001, Regulamenta o uso turístico das Cavernas da Chapada Diamantina (BA).
- PORTARIA MMA Nº 81, de 26.02.2002, Institui um Grupo de Trabalho para rever Portarias CONAMA referente ao patrimônio Espeleológico.
- PORTARIA IBAMA Nº 34, de 18.04.2006, Constitui o Grupo de Trabalho CavLegis.
- PORTARIA ICMBio Nº 78, de 03.09.2009, Institui o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas - CECAV.
- PORTARIA MMA Nº 358, de 30.09.2009, Institui o Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico.
- PORTARIA IMASUL Nº 257, de 20.12.2012, Autoriza a visitação turística na Gruta do Lago Azul.
- PORTARIA SEC-MT Nº 19, de 25.03.2014, Tombamento do Monumento Natural Caverna do Jabut.
- PORTARIA DNPM Nº 542, de 18.12.2014, Estabelece os procedimentos para autorização e comunicação prévias para extração de fósseis.
- PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 30, de 24.03.2015, Estabelece procedimentos para órgãos envolvidos em processo de licenciamento de competência do IBAMA.
- PORTARIA ICMBio Nº 148, de 30.03.2015, Institui o Grupo Assessor Técnico do PAN Cavernas do São Francisco.
- PORTARIA ICMBio Nº 62, de 23.12.2015, Estabelece normas e procedimentos para condução de visitantes no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu .
- INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 100, de 05.06.2006, Dispõe sobre a pratica de mergulho em cavernas, revoga a Portaria IBAMA 89
- INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA Nº 2, de 20.08.2009, Dispõe sobre as regras para classificar o grau de relevância das cavernas de acordo com o Decreto 6.640/2008.

- INSTRUÇÃO NORMATIVA ICMBio Nº 25, de 12.04.2012, Disciplina os procedimentos de planos de ação nacionais para conservação de espécies ameaçadas de extinção ou do patrimônio espeleológico.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA ICMBio Nº 30, de 19.09.2012, Estabelecer procedimentos administrativos e técnicos para a execução de compensação espeleológica.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA ICMBio Nº 7, de 10.11.2014, Estabelece procedimentos para licenciamentos e autorização de pesquisa em Unidades de Conservação Federais e suas Áreas de Amortecimento, incluindo cavernas.
- INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SEMAD (MG) Nº 3, de 26.12.2014, Estabelece procedimentos administrativos em processos de licenciamento ambiental envolvendo cavernas em Minas Gerais.
- PROJETO DE LEI 5.071/1990 - Lei das Cavernas - Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas, em conformidade com os Arts. 20, inciso X, e 216, inciso V, da Constituição Federal e dá outras providências.
- SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI 36/1996 - Dispõe sobre uso das cavidades naturais.
- PROJETO DE LEI 2.832/2003 - Dispõe sobre a proteção do patrimônio espeleológico e dá outras providências
- PROJETO DE LEI 2.047/2007 - Dispõe sobre a proteção do patrimônio espeleológico e dá outras providências.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 1.138/2008 - Determina a sustação do Decreto n.º 6.640, de 7 de novembro de 2008, do Poder Executivo, por exorbitar do poder regulamentar.
- PROJETO DE LEI 4.630/2009 - Altera a Lei nº 9.985, de 2000, no que diz respeito à proteção dos sítios espeleológicos do território nacional (APA).
- PROJETO DE LEI 855/2011 - Altera a Lei nº 9.985, de 2000, no que diz respeito à proteção dos sítios espeleológicos do território nacional (APA).
- PROJETO DE LEI 7.182/2014 - Altera a Lei nº 9.985, de 2000, no que diz respeito à proteção dos sítios espeleológicos do território nacional (APA).

#### **REVOGADAS**

- RESOLUÇÃO SMA-SP Nº 23, de 30.03.2010, Dispõe sobre a criação do Conselho do Patrimônio Espeleológico em Unidades de Conservação do Estado de São Paulo.
- PORTARIA 89, de 13.08.2001, Dispõe sobre a prática de mergulho em cavernas (REVOGADA)
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 005, de 06.08.1987, Aprova o Programa Nacional de Proteção ao Patrimônio Espeleológico (REVOGADA)
- DECRETO ESTADUAL Nº 30.936, de 20.02.1990, Institui a Área de Proteção Especial Lapa Nova de Vazante MG (REVOGADA).

#### **SUGESTÃO DE LEITURA**

- Miranda&Chiodi. Proteção Jurídica do Patrimônio Espeleológico. in Ruchks, et al. Patrimônio Espeleológico em Rochas Ferruginosas. Campinas: SBE, 2015.